

ELEIÇÕES 2020

TERMO DE COMPROMISSO

O município de Caxias do Sul, ao longo do tempo construiu através de seu quadro de servidores, espaços democráticos e executam políticas públicas para atendimento à população.

O SINDISERV, Sindicato dos Servidores Municipais de Caxias do Sul é uma instituição que representa aproximadamente onze mil servidores entre ativos, inativos e pensionistas. Deste universo, contamos hoje, com seis mil associados e iremos apresentar em forma de documento o presente Termo de Compromisso.

Por meio deste documento a categoria dos servidores busca que o senhor expresse sua opinião e comprometimento ou não diante das pautas ora apresentadas. Esteja ciente que as respostas e o inteiro teor deste documento serão publicadas nos canais de comunicação do Sindiserv.

Diante do exposto o senhor **Marcelo Pinheiro Slaviero** representante do partido **NOVO** ao ser signatário deste Termo de Compromisso aceita que ficará convenionado.

1- Manter todos os direitos e garantias aos servidores de Caxias do Sul que estejam previstos no Estatuto do Servidor (Regime Jurídico Único), ou em outra lei municipal.

Sim () Não (X)

Ressalvas: Resposta com, no máximo, cinco linhas.

Este é um compromisso que não pode ser assumido por nenhum candidato que esteja minimamente informado. Todos sabem que há uma Reforma Administrativa em andamento que irá impactar diretamente na legislação municipal, no Estatuto do Servidor e direitos e garantias de servidores de todos os entes da Federação. Além disso, qualquer análise sobre direitos e garantias deve estar vinculada aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

2- Respeitar o diálogo com os servidores municipais de Caxias do Sul

Sim (X) Não ()

Ressalvas: Resposta com, no máximo, cinco linhas.

3- Manter mesa de negociação a fim de atender a recuperação dos vencimentos e analisar e debater demais reivindicações apresentadas em campanha salarial no mês de março de cada ano.

Sim () Não (X)

Ressalvas: Resposta com, no máximo, cinco linhas.

Vamos manter a mesa de negociação sempre aberta e estaremos prontos a ouvir as reivindicações dos servidores públicos municipais, mas não podemos nos comprometer a atender a recuperação dos vencimentos, diretamente ligada à situação fiscal do município e no impacto de tais medidas a médio e longo prazo. Atualmente, 2/3 do orçamento estão comprometidos com despesas de pessoal, ativos ou inativos, e o cálculo atuarial do FAPS é preocupante. Mais uma vez, os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) devem ser observados.



4- Aparelhar as escolas municipais no âmbito das tecnologias e também da infraestrutura necessária diante dos atuais desafios gerados pela condição pandêmica;

Sim (X) Não ()

Ressalvas:Resposta com, no máximo, cinco linhas

5- Manter a política de repasses trimestrais com base na média dos índices inflacionários conforme ocorre de longa data no município;

Sim () Não (X)

Ressalvas:Resposta com, no máximo, cinco linhas.

Vamos revisar o Estatuto dos Servidores e o Plano de Carreiras, com a intenção de criar diferenciais por metas e conquistas entregues à comunidade, de forma a remunerar melhor os profissionais que se destacam no serviço público municipal. A trimestralidade é medida que fazia todo sentido em época de hiperinflação, o que não é mais o caso. e estará na discussão deste novo Estatuto com os servidores.

6- Enviar para a Câmara de Vereadores o projeto de lei que regulamenta o repasse inflacionário permanente aos servidores;

Sim () Não (X)

Ressalvas:Resposta com, no máximo, cinco linhas.

Esta medida também precisa de análise prévia de seu impacto econômico financeiro a médio e longo prazo, bem como a possibilidade deresponsabilização do gestor municipal pelos limites da LRF e, portanto, consideramos temerário assumir tal compromisso.

7- Zelar pelo cumprimento das atuais pautas já estabelecidas nas negociações anteriores;

Sim (X) Não ()

Ressalvas:Resposta com, no máximo, cinco linhas.

Compromissos assumidos pelas administrações anteriores e já estabelecidos em negociações anteriores precisam ser assumidos pelo próximo prefeito, no entanto, qualquer medida que acabe impactando na situação fiscal do município ou comprometendo os gestores diante da LRF não se enquadram neste compromisso.

8- Garantir os pagamentos das ações com trânsito em julgado aos servidores (RPVs e Precatórios existentes) e daqueles que porventura venham a enquadrar-se nesta condição;

Sim (X) Não ()

Ressalvas:Resposta com, no máximo, cinco linhas.

Sentença com trânsito em julgado e precatórios devem ser pagos.

9- Respeitar os pagamentos/recolhimentos junto ao IPAM, Instituto de Previdência Municipal comprometendo-se com os débitos atualmente pendentes por parte da prefeitura junto ao Instituto;

Sim () Não (X)

Ressalvas:Resposta com, no máximo, cinco linhas.

Faremos uma auditoria e análise dos débitos do município em favor do IPAM.



10- Acabar com as distorções causadas pela Lei 409/2014.

Sim () Não (X)

Ressalvas:Resposta com, no máximo, cinco linhas.

Na ementa desta lei consta: "Institui a Lei da Meritocracia, através do Planejamento Estratégico da Administração Pública Brasileira e do Sistema Nacional de Gestão de Alto Desempenho, autoriza a celebração de Acordos de Resultados e Contratos de Gestão e dá outras providências." Deixamos de assumir este compromisso porque o Sindiserv não informou quais são as distorções.

11- Manter o processo democrático eleições diretas para escolha das direções de escola;

Sim (X) Não ()

Ressalvas:Resposta com, no máximo, cinco linhas.

Pretendemos instituir um Amplo Programa de Recrutamento Interno, a fim de evitar o acúmulo de CCs e, se possível, sua extinção. Desta maneira, manteremos a consulta da comunidade na escolha dos diretores, considerando a avaliação de Recrutamento Interno e Processo Seletivo prévio, como ocorre em nosso partido.

12- Desburocratizar e capacitar as equipes diretivas das escolas municipais a fim de melhorar o processo de aplicação e prestação de contas dos recursos, gerando mais autonomia aos setores.

Sim () Não (X)

Ressalvas:Resposta com, no máximo, cinco linhas.

Queremos descentralizar e criar condições para que cada gestor defina formas de atingir as metas indicadas pela Administração Municipal no plano educacional e pedagógico. Nosso projeto visa criar um programa de zeladoria para que as equipes diretivas não precisem administrar recursos ou ordenar despesas. Somos favoráveis à continua capacitação, Recrutamento Interno e Processo Seletivo que identifique o profissional preparado e capacitado para o exercício da função.

13- Manter a farmácia do IPAM, instituição que já foi alvo de várias tentativas de venda do patrimônio que foi construído com verbas advindas do IPAM, portanto fruto da participação dos servidores.

Sim () Não (X)

Ressalvas:Resposta com, no máximo, cinco linhas.

Não vamos nos comprometer com esta pauta porque entendemos que a estrutura e os objetivos do IPAM precisam ser revistos, a fim de melhorar o atendimento aos servidores. Hoje, há inúmeros servidores que decidiram abandonar o IPAM e pagam outros planos de saúde com mais opções de médicos, laboratórios, clínicas credenciadas e descontos em redes de farmácias. Ampliar o poder de escolha de todos os servidores será nosso objetivo e, se houver uma venda, os recursos desta serão direcionados à capitalização do FAPS.

14- Apresentar e executar um plano para recuperação e adequação dos espaços e equipamentos para podermos realizar serviços públicos de qualidade.

Sim (X) Não ()



Ressalvas: Resposta com, no máximo, cinco linhas.

15. Implementar a Lei Federal 13022/2014, que atribui respaldo ao trabalho da Guarda Municipal.

Sim () Não ()

Ressalvas:Resposta com, no máximo, cinco linhas.

A lei 13022/2014 instituiu normas gerais para a criação da Guarda Municipal, em atenção ao parágrafo 8 do artigo 144 da Constituição Federal. A Lei, desde sua publicação, já surte efeitos e define princípios, competência, criação, forma de investidura e outros. Ela já é norma essencial, que existe, tem validade e gera efeitos em todo o território nacional e deveria estar recepcionada desde 2016. Não assinalamos nem sim e nem não porque não entendemos a reivindicação.

16- Municipalizar a Unidade Pronto Atendimento Central e UPA Zona Norte.

Sim () Não (X)

Ressalvas:Resposta com, no máximo, cinco linhas.

Compreendemos que a gestão compartilhada entrega bons resultados, formas adequadas de controle e economia aos cofres públicos, além de bons serviços à população. A Intenção é aperfeiçoar a relação dos entes e proteger os interesses dos usuários e do concessionário de interferências políticas.

17- Organizar uma comissão paritária para elaborar o Plano de Carreira para os servidores públicos municipais a ser implementado na gestão;

Sim (X) Não ()

Ressalvas:Resposta com, no máximo, cinco linhas.

Vamos revisar o Estatuto dos Servidores e o plano de carreiras, com a intenção de criar diferenciais por metas e conquistas alcançadas, de forma a remunerar melhor os profissionais que se destacam no serviço público municipal. A criação de uma comissão paritária para análise e discussão é compromisso que podemos assumir.

18- Qual é sua opinião sobre a reforma administrativa apresentada pelo governo Bolsonaro? Que elementos o senhor considera implantar em nosso município?

Pergunta para o debate

A favor (X) Contra ()

Ressalvas:Resposta com, no máximo, cinco linhas.

Precisamos atualizar a relação entre servidores e entes federados. Apresentamos emendas à Reforma que, dentre outros:

- Inclui todos os membros dos Poderes Legislativo e Judiciário na Reforma;
- Estende as mudanças não apenas aos futuros servidores, mas também aos atuais (com exceção daqueles direitos considerados adquiridos);
- Institui o processo seletivo para ocupação de cargos e assessorias;
- Veda o duplo teto constitucional, casos em que ocupante de dois cargos ou remunerações de origem pública diversa hoje recebem acima do teto, por exemplo, o ex-governador Sartori que recebe a pensão vitalícia como governador e aposentadoria parlamentar superando o teto constitucional. Se aprovada nossas emendas, a remuneração fica limitada ao teto, mesmo sendo de entes diferentes.

19- As terceirizações no setor público vem crescendo. Qual sua opinião sobre as terceirizações? Pergunta para o debate

A favor (X) Contra ()

Ressalvas:Resposta com, no máximo, cinco linhas.

Somos a favor da participação de entes privados na prestação de serviços públicos, seja por meio de concessões, privatizações, gestões compartilhadas, etc. A própria lei das PPPs impõe a garantia de economia de recursos públicos. Precisamos aperfeiçoar os contratos e meios de controle, garantindo a execução dos mesmos e fiscalização dos recursos públicos. Nossa preocupação é sempre com o cidadão, destinatário final do serviço público.

20- Quais as atividades o senhor considera passíveis de terceirização na Administração Municipal? Pergunta para o debate

Resposta com, no máximo, cinco linhas.

Acreditamos que todas as atividades são passíveis de terceirização, com exceção daquelas limitadas pela Constituição ou Leis como a questão da Segurança Pública, neste caso, a Guarda Municipal.

21- Compromisso de adquirir EPIS e uniformes com agilidade;

Sim (X) Não ()

Ressalvas:Resposta com, no máximo, cinco linhas.

22- Reajustar a verba da autonomia financeira destinada as escolas municipais.

A favor () Contra (X)

Ressalvas:Resposta com, no máximo, cinco linhas.

Vamos criar uma Central de Serviços Compartilhados, para reduzir custos e otimizar o serviço de zeladoria e manutenção das Escolas Públicas Municipais para que os gestores possam direcionar o foco para aspectos pedagógicos, com total foco no ensino e educação dos nossos filhos.

23- Estamos vivendo no sucateamento do serviço público. Qual sua opinião sobre esse tema? Para o debate

Resposta com, no máximo, cinco linhas.

Atualmente, o município vive num mundo digital, mas nossos serviços seguem analógicos. O investimento em folha de pessoal é de, aproximadamente, 49% de suas receitas com servidores ativos, mais 17% em servidores inativos, ou seja, 2/3 de toda receita são despesas de pessoal. O Estado do RS, que está em estado falimentar, tem 80% dos recursos comprometidos com ativos e inativos. O 1/3 que resta precisa cobrir investimentos em obras, despesas de custeio, cobrir déficit de estatais, repasse a entidades, cálculo atuarial, dentre outros. O sucateamento leva a serviços piores ao cidadão e, diante desses números, não espanta a dificuldade em oferecer melhores condições e estrutura aos servidores. Se não houver uma profunda reforma, o quadro deve piorar.

24- Garantir o pagamento das aposentadorias e pensões aos servidores ativos que contribuem e os inativos do FAPS;

Sim (X) Não ()

Ressalvas:Resposta com, no máximo, cinco linhas.

A prioridade deve ser o pagamento dos salários, sempre.

25- Ouvir as recomendações do Conselho do IPAM saúde e ampliar o atendimento aos servidores.

Sim () Não (X)

Ressalvas:Resposta com, no máximo, cinco linhas.

Estamos sempre prontos a ouvir o Conselho do IPAM. Há especificidades do IPAM como plano de saúde que precisamos ressaltar. O próprio relatório da empresa contratada pelo IPAM para fazer a avaliação atuarial aponta a dificuldade que os planos de saúde enfrentam, destacando a necessidade de trazer gente nova e saudável para contribuir, que é de auto gestão pública e estruturado em regime de repartição simples, ou regime de rateio de despesas; em que a conta dos gastos com saúde, de quem usa, é distribuída entre todos os participantes (quem não usa paga quem usa), e com a crescente utilização e o envelhecimento maciço da população de servidores, é de suma importância uma visão estratégica para, de forma organizada, estruturar uma regulamentação que permita a ADESÃO de Novos Segurados Contribuintes.

É evidente que o IPAM Saúde está em uma condição desfavorável para concorrer com os planos privados, inclusive a informação que temos é que o IPAM não seria credenciado ou fiscalizado pela ANS. Estamos sugerindo a venda da carteira do IPAM Saúde para uma operadora privada, com a utilização dos recursos na capitalização do Faps. Desta forma, o recurso continua com o servidor, não há prejuízo à prestação do serviço de saúde, protegemos de uma possível perda de carencia e ainda preservamos a saúde financeira da instituição, de forma a garantir a continuidade do atendimento de saúde aos servidores.

26- Caso o município venha a quitar sua dívida decorrente do processo conhecido como "Magnabosco", existe algum estudo de sua parte para que isso não seja feito com prejuízo ao funcionamento da administração pública, aos salários dos servidores e na execução dos serviços públicos. Para o debate
Resposta com, no máximo, cinco linhas.

Hoje a sentença já transitada em julgado soma pouco mais de R\$ 550 milhões, e outros R\$ 320 milhões seguem em discussão, mas com aparente derrota do município. Além deste problemão, o cálculo atuarial do FAPS apresenta a necessidade de repasse de, aproximadamente, R\$ 1 bi nos próximos quatro anos. Entendemos que está na hora de partir para uma negociação imediata com a família, em conjunto com as lideranças de nosso município, a fim de garantir o pagamento a longo prazo e evitar prejuízo ao pagamento de salários, aposentadorias ou execução dos serviços públicos.

27- Nomear servidores concursados para vagas oriundas do crescimento da demanda por serviços, aposentadorias e/ou exonerações.

Sim (X) Não ()

Ressalvas:Resposta com, no máximo, cinco linhas.

Em havendo nomeação de servidores, respeitaremos sempre os oriundos do concurso. Somos defensores ferrenhos do Processo Seletivo como forma de escolha dos nossos servidores, assim escolhemos dirigentes e candidatos do nosso partido.



28- Não encaminhar alterações no que diz respeito aposentadoria dos atuais servidores municipais.

Sim () Não (X)

Ressalvas:Resposta com, no máximo, cinco linhas.

Neste momento, não pensamos em alterar critérios de aposentadoria, no entanto, não podemos nos comprometer com esta pauta porque precisamos respeitar a legislação e demais limites impostos pela LRF.

29- Manter o SAMAE público como autarquia pública municipal.

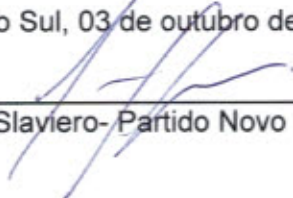
Resposta com, no máximo, cinco linhas.

Precisamos ampliar a discussão sobre o interesse do cidadão. A prioridade é manter uma autarquia municipal com ótima situação financeira, mas com claras dificuldades em reduzir a perda de água tratada (que hoje está em torno de 50%), que tem dificuldade em acelerar a universalização do saneamento, ou aplicar o novo Marco Regulatório do Saneamento Básico e garantir a universalização até 2033? Como já afirmamos na resposta à pergunta 19, nossa preocupação é sempre com o cidadão, destinatário final do serviço público

Considerações finais (máximo de cinco linhas)

Precisamos reduzir a distância entre o setor público e privado, não apenas em relação aos direitos e obrigações trabalhistas, mas também assumir que precisamos recuperar o respeito da sociedade em relação ao funcionalismo público. A imensa maioria dos servidores públicos é composta de pessoas honestas, dignas e competentes, que passaram por criterioso processo seletivo, no entanto, a sociedade culpa os servidores pelos altos impostos e péssimos serviços. A pandemia e a consequente crise só ampliou a percepção de distanciamento e de que há dois mundos, um que perde emprego, renda, salários e participa da crise, outro que não, inclusive busca aumento e garantias num momento em que a sociedade vive um clima de velório. Já está na hora de revisar as relações e nos aproximar. Já dividimos demais. Me comprometo a apresentar soluções buscando sempre os interesses do cidadão, usuário final do serviço público, e sei que isso depende muito da conscientização dos servidores públicos de seu papel nesta mudança. Vamos premiar e valorizar o ótimo e o bom servidor publico, ao mesmo tempo em que precisamos tirar do serviço público esta minoria que prejudica a categoria.

Caxias do Sul, 03 de outubro de 2020



Marcelo Slaviero- Partido Novo